



10º Encontro Internacional de Política Social
17º Encontro Nacional de Política Social
Tema: *Democracia, Participação Popular e Novas Resistências*
Vitória (ES, Brasil), 27 a 29 de agosto de 2024

Eixo temático 8: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional
Trabalho, Crítica da Economia Política e Serviço Social: breve debate

Resumo: O presente texto, resultado de pesquisa de subgrupo, em andamento, executada no âmbito de pesquisa internacional, situa-se na área dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social e propõe recuperar a leitura e o debate histórico crítico sobre o trabalho profissional, inaugurado por Yamamoto. Para isto, com base na definição prévia de descritores para a coleta de dados, são apresentadas considerações que resultam da análise do conteúdo de trabalhos publicados nos Anais do XVI e do XVII Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais - CBAS, evento de referência para a categoria profissional do país.

Palavras-chave: Serviço Social; Debate histórico crítico; Categoria trabalho; Crítica da Economia Política; Anais CBAS 2019 e 2022.

Work, Criticism of Political Economy and Social Service: brief debate

Abstract: This text, the result of ongoing subgroup research carried out within the scope of international research, is in the historical and theoretical-methodological foundations of Social Work and proposes to recover the reading and critical historical debate on professional work, opened by Yamamoto. To this end, based on the prior definition of descriptors for data collection, considerations are presented that result from the analysis of the content of works published in the Annals of the XVI and XVII Brazilian Congresses of Social Workers - CBAS, a reference event for the professional category from the country.

Keywords: Social Work; Critical historical debate; Work category; Criticism of Political Economy; CBAS Annals 2019 and 2022.

Introdução

Este trabalho – resultado de pesquisa de subgrupo, em andamento, executada no âmbito de pesquisa internacional – integra a área dos fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social e resgata a leitura e o debate histórico crítico sobre o trabalho profissional, inaugurados na obra clássica *Serviço Social e Relações Sociais no Brasil* (IAMAMOTO; CARVALHO, 1988) em relação ao significado sócio-histórico da profissão, no contexto das relações sociais e inserida na divisão sociotécnica do trabalho.

O referencial teórico desta pesquisa, com base na apreensão da categoria trabalho na perspectiva marxiana, sustenta que, sob o capital, assim como a mercadoria possui dois fatores (valor de uso e valor) o trabalho que produz mercadoria também

possui dois fatores: trabalho concreto que produz valores de uso qualitativamente diversos e trabalho abstrato que produz valores que diferem entre si quantitativamente. Inclusive, o fato de que o valor, longe de representar uma necessidade humana, é inerente a esta forma de organização social, confirma que se trata indubitavelmente de uma forma histórica de trabalho caracterizada pela dinâmica incessante de produzir valor e mais valor, aumentar o capital (MARX, 2015).

Nesta perspectiva, uma das hipóteses que deu origem e orienta a presente pesquisa sustenta que a discussão de trabalho que prevalece na categoria profissional possui uma compreensão desvinculada da teoria do valor fundamentada em Marx, restringindo, desse modo, a apreensão do trabalho na dimensão concreta, em detrimento do seu duplo caráter: dimensão concreta e dimensão abstrata.

No Brasil, essa leitura exige fazer referência ao processo de consolidação das Diretrizes Curriculares de 1996, em relação estreita com os debates que resultaram do III Congresso de Assistentes Sociais (CBAS), conhecido como Congresso da Virada.

Como lembra Cardoso (2007), as diretrizes curriculares de 1996 resultam da revisão realizada nesse ano, no contexto de orientação neoliberal, de guinada conservadora em relação a lutas das classes trabalhadoras de décadas anteriores, no cenário de retrocesso de conquistas, assim como do avanço do pensamento pós-moderno no âmbito acadêmico.

Tais diretrizes curriculares para a formação profissional, na perspectiva de construir “um espaço por excelência do pensar crítico, da dúvida, da investigação e da busca de soluções” (ABEPSS, 1996, p. 9), distinguem “três núcleos de fundamentação: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional” (ABEPSS, 1996, p. 8). Esses núcleos entendidos como “não autônomos nem subsequentes” expressam, ao contrário, “níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social” (ABEPSS, 1996, p. 9). É importante registrar ainda que o documento ressalta a exigência de

não incorrer no tratamento classificatório dos núcleos de fundamentação da formação profissional, quando da indicação dos componentes curriculares, uma vez que remetem a um conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da gênese, das manifestações e do enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional (ABEPSS, 1996, p. 9)

Como já amplamente difundido e tratado, o conteúdo do “Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional” considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo que tem como objeto e fundamento da sua própria especialização as múltiplas expressões da questão social que, resultantes da sociedade capitalista, constituem as manifestações de desigualdades e lutas sociais que resultam da contradição capital/trabalho.

Nesta direção, ABEPSS (1996) destaca os princípios que definem as diretrizes curriculares da formação profissional que implicam capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e identifica uma série de avanços como, por exemplo: o desenvolvimento do entendimento do significado social da profissão, a adoção de tradição teórica que possibilita a compreensão da realidade em uma perspectiva sócio-histórica, a apreensão das requisições e formulação de respostas profissionais em sintonia com o momento histórico e a consolidação de um projeto de profissão vinculado às demandas da classe trabalhadora.¹

Estas diretrizes, com base em uma proposta curricular inovadora, representam “um desafio político e uma exigência ética”, tendo em vista a superação da fragmentação do processo de ensino-aprendizagem, assim como a garantia de convivência acadêmica entre docentes, discentes e sociedade. Apresentam, também, como grande marco de configuração geral a necessidade de “refletir o atual momento histórico e projetar-se para o futuro, abrindo novos caminhos para a construção de conhecimentos, como experiência concreta no decorrer da própria formação profissional” (ABEPSS, 1996, p. 9).

Postas estas observações iniciais sobre as diretrizes curriculares do Serviço Social com o intuito de contextualizar a discussão, este texto apresenta considerações

¹ “Tal perspectiva, permite recolocar as dimensões constitutivas do fazer profissional articuladas aos elementos fundamentais de todo e qualquer processo de trabalho: o objeto ou matéria prima sobre a qual incide a ação transformadora; os meios de trabalho - instrumentos, técnicas e recursos materiais e intelectuais que propiciam uma potenciação da ação humana sobre o objeto; e a atividade do sujeito direcionada por uma finalidade, ou seja, o próprio trabalho. Significa, ainda, reconhecer o produto do trabalho profissional em suas implicações materiais, ídeo-políticas e econômicas. A ação profissional, assim compreendida, exige considerar as condições e relações sociais historicamente estabelecidas, que condicionam o trabalho do assistente social: os organismos empregadores (públicos e privados) e usuários dos serviços prestados; os recursos materiais, humanos e financeiros acionados para a efetivação desse trabalho, e a articulação do assistente social com outros trabalhadores, como partícipe do trabalho coletivo (ABESS/CEDEPSS, 1995 e 1996)” (ABEPSS, 1996, p. 12).

que resultam da análise do conteúdo de trabalhos publicados nos Anais do XVI e do XVII Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais - CBAS, evento de referência para a categoria profissional do país, a partir da definição prévia de descritores para a coleta de dados.

Neste sentido, são apresentados resultados preliminares da investigação que tem como objetivo avançar no debate sobre o Serviço Social e a conformação do trabalho sob a sociabilidade do capital, enquanto subsídio fundamental para se pensar o trabalho desse profissional, centrando sua atenção na identificação de como a categoria trabalho é apreendida por assistentes sociais, assim como se está presente a discussão sobre o duplo caráter que o trabalho historicamente assume na sociedade mercantil em que se generaliza a forma mercadoria: trabalho concreto e trabalho abstrato.

O texto possui a seguinte estrutura: inicialmente são apresentados breves aspectos metodológicos, na sequência apontamentos sobre a perspectiva de análise e o debate sobre trabalho e Serviço Social e, por último, algumas considerações finais no intuito de assinalar questões a serem retomadas para a continuidade e o aprofundamento da pesquisa.

Breves aspectos metodológicos

É importante registrar que a escolha de analisar trabalhos publicados através dos Anais do CBAS se fundamenta na própria natureza desse evento. O CBAS é um evento de grande amplitude e importância no âmbito do Serviço Social brasileiro que, desde sua primeira edição em 1947, congrega profissionais e estudantes da área de todo o território nacional.

Iamamoto (2004) registra que o primeiro encontro, anteriormente denominado de Congresso Brasileiro de Serviço Social (CBSS), foi promovido pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), uma das primeiras entidades organizativas da profissão no país. A autora situa a organização de congressos e seminários como instâncias de fundamental importância desde o início do processo de secularização da profissão, na perspectiva de afastamento do bloco católico, de procura de estratégias e definição contínua de funções, assim como da constante afirmação, no esforço de adquirir legitimação e reconhecimento social por parte dos contratantes de sua força de trabalho e posteriormente dos usuários e dos serviços em que atua. Consequentemente, ao longo da trajetória da profissão a realização de eventos como o CBAS expressou essa tentativa de construir legitimidade social entre as diferentes classes que demandam seu trabalho profissional.

Contudo, cabe assinalar que, mais do que representar esse esforço por reconhecimento social, o CBAS constitui uma manifestação importante da organização política da categoria profissional, sendo amplamente reconhecida a sua terceira edição ocorrida em 1979, que ficou conhecida como o “Congresso da Virada”, dando o início de uma nova era para o Serviço Social, no contexto da crise da ditadura civil-militar que ainda conduzia o país desde o golpe de 1964 e das correntes democráticas que ganhavam força como resultado dessa crise.

Conforme anteriormente explicitado, os aspectos apresentados neste artigo são resultado de uma sistematização preliminar realizada a partir da análise dos trabalhos publicados nos Anais do XVI CBAS e do XVII CBAS, realizados nos anos de 2019 e 2022, respectivamente, garantindo, apesar do contexto pandêmico deste último, o compromisso trienal da organização do evento.

Como já registrado, o principal critério para a escolha de Anais do CBAS para esta pesquisa fundamenta-se na característica mais importante deste evento que diz

respeito à ampla participação de assistentes sociais, independentemente de serem ou não pesquisadores, o que representa um diferencial em relação à maioria dos eventos científicos organizados pela área. Neste sentido, parte dos trabalhos apresentados tem como conteúdo o trabalho dos assistentes sociais e experiências concretas a partir dos espaços sócio-ocupacionais, na medida em que o congresso oferece oportunidade de dar visibilidade ao trabalho profissional que se desenvolve nos mais diferentes campos de inserção.

O CBAS 2019 “40 Anos da virada” foi realizado em Brasília - DF, no período compreendido entre os dias 30 de outubro a 03 de novembro, reuniu mais de 4700 participantes, contou com conferências, mesas simultâneas, publicação de mais de 1800 trabalhos nos Anais do congresso e lançamento de 56 livros. Os eixos temáticos dos trabalhos apresentados e publicados nos Anais do evento foram: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Movimentos Sociais e Serviço Social; Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Política Social e Serviço Social; Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Ética, Direitos humanos e Serviço Social; Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexual (CBAS, 2019).

Por sua vez, o CBAS 2022 “Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercussão no Serviço Social, no Brasil, e na América Latina” enfrentou o cenário conturbado onde ainda perdurava uma pandemia mundial sem precedentes, optando pela primeira vez desde o início da edição do evento pela modalidade *online* (organização 100% em formato virtual), no período compreendido entre os dias 11 a 13 de outubro desse ano, contando com conferências, mesas, publicação de 1293 trabalhos nos Anais do evento e com o lançamento de mais de 65 livros. Nesta edição, os eixos temáticos para a apresentação de trabalhos foram: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Movimentos Sociais e Serviço Social; Ética, Direitos Humanos e Serviço Social; Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social; Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades (CBAS, 2022). Tais eixos apresentam pequenas mudanças em relação aos da edição anterior, demonstram amadurecimento acadêmico e profissional e são coerentes com a conformação e determinação social da profissão,

ultrapassando seus contornos institucionais. Estes aspectos fundamentam o interesse desta pesquisa para a análise dos trabalhos do CBAS.

Para a coleta dos dados foram previamente definidos os seguintes descritores: trabalho do assistente social (com a variação da preposição do e da e do singular e plural) e trabalho e Serviço Social. Esses descritores foram pesquisados em todos os títulos dos trabalhos publicados, sendo identificado um total de 49 nos 1800 trabalhos que integram os Anais do CBAS 2019 e um total de 31 nos 1293 trabalhos publicados no CBAS 2022. Esses números representam, respectivamente, 2,7% e 2,40% do total dos trabalhos publicados em cada uma dessas edições do evento, aspecto que confirma que a categoria trabalho e o trabalho profissional, apesar da relevância e centralidade que adquire nas Diretrizes Curriculares de 1996, possui certa invisibilidade quando se trata dos temas que provocam reflexões e análises no interior da categoria.

Os fundamentos da análise

O acúmulo teórico-metodológico e analítico acerca do trabalho como categoria fundamental para compreender e exercer a atividade profissional de assistentes sociais remonta mais de quatro décadas desde a produção original de Yamamoto e Carvalho (1988). Entretanto, apenas na década de 1990, com as Diretrizes Curriculares, o debate toma a ponta de lança na formação e no exercício profissional, ainda que, de lá para cá, poucas foram as pesquisas e publicações acerca do trabalho como exercício profissional, em face da massa crítica disponível na profissão e, particularmente, de seus fundamentos. A perspectiva teórica desta reflexão está ancorada no pensamento marxiano que se coloca como esforço e desafio da categoria profissional para sua apreensão e compreensão analítica e metodológica.

De acordo com Marx (2015), o trabalho humano, independentemente da sua qualidade ou capacidade produtiva é *trabalho útil, concreto*, que cria *valores de uso* e seu resultado é considerado em relação com seu propósito útil. A realização do produto deste trabalho está submetida a um processo de trabalho que se constitui pelo modo de operar o objeto, a partir do qual o trabalho é motivado, os meios utilizados para sua realização e, finalmente, o seu resultado, ou produto final, para realização de necessidades humanas historicamente em processo. Preliminarmente, o trabalho é a

interação do gênero humano com a natureza, devido à capacidade humana de transformação. É o metabolismo entre seres humanos e natureza, com o objetivo “de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para a sua própria vida, ele [gênero humano] põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos.” (MARX, 2015, p.255)

Se se considera o processo de trabalho, tendo em vista seu produto/resultado, tanto o objeto como o meio de trabalho, aparecem como meio de produção e o trabalho, como trabalho produtivo. Desse modo, o produto do processo de trabalho é valor de uso, que contém outros valores de uso, resultados de outros processos de trabalhos pretéritos. O valor de uso, produto de um determinado processo de trabalho, se torna meio de produção para um outro trabalho futuro. Os produtos, além de resultados da atividade do trabalho, são, também, condição de processos de trabalho. Um produto de um determinado processo de trabalho pode se tornar matéria-prima em outro processo de trabalho. A matéria-prima original pode passar por diversos processos sempre agindo como matéria-prima até que alcance o último processo de trabalho, atingindo a sua finalização, ou seu propósito final. Assim, valor de uso pode ser: matéria-prima, meio de trabalho ou produto, a depender da função empregada no processo de trabalho. “Ao ingressar como meios de produção em novos processos de trabalho os produtos perdem seu caráter de produtos. *Agora eles funcionam simplesmente como fatores objetivos do trabalho vivo.*” (MARX, 2015, p.260, *destaque nosso*). O trabalhador em cada processo de trabalho específico trata os produtos empregados na produção como simplesmente trabalho. Para Marx (2015), uma máquina sem uso no processo de trabalho é inútil, assim como o ferro enferruja e a madeira apodrece se não forem empregados na produção. Cabe ao trabalho vivo apropriar-se dessas coisas e torná-las em valores de uso reais.

O processo de trabalho como processo de produção de valores de uso, de coisas úteis e como metabolismo entre ser humano e natureza, não revela as condições sócio-históricas de sua produção. A produção de valores de uso é produção de coisas úteis em qualquer modo de produção. “Assim como o sabor do trigo não diz nada sobre quem o plantou, tampouco esse processo nos revela sob quais condições ele se realiza, se sob o açoite brutal do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista” (MARX, 2015, p. 261). O processo de trabalho em seu sentido *lato*, não revela se o trabalhador trabalha para si ou para um capitalista. O consumo da força de trabalho pelo capitalista

demonstra que o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista que comprou sua força de trabalho e, que o produto do trabalho é a propriedade do capitalista e não do trabalhador que o produziu.

Entretanto, sob o capital, o trabalho humano não é só trabalho concreto que produz valores de uso, mas, é essencialmente, trabalho abstrato, fonte substantiva de valor e produtor de riqueza nessa forma de organização social. O capitalista investe na produção de mercadoria para obter um valor acima do capital-mercadoria investido no processo de produção de tal forma que ele retire ao final da produção quantitativo maior do que o investimento inicial. “Ele quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor.” (MARX, 2015, p. 263) Portanto, se a mercadoria é a unidade de valor de uso e de valor, o processo de produção é a síntese do processo de trabalho e do processo de formação do valor, tangenciado não pela qualidade do trabalho (trabalho concreto), mas a quantidade (trabalho abstrato), de forma que o dinheiro (mercadoria) investido em capital constante e capital variável resulte não só na produção de valor, mas de mais-valor.

Ao transformar o dinheiro em mercadorias, que servem de matérias para a criação de novos produtos ou como fatores do processo de trabalho, ao incorporar força viva de trabalho à sua objetividade morta, o capitalista transforma o valor – o trabalho passado, objetivado morto – em capital, em valor que se autovaloriza, um monstro vivo que se põe a ‘trabalhar’.
(MARX, 2015, p. 271)

Em síntese, processo de trabalho enquanto processo de valorização, é constituído pela unidade entre trabalho útil, que produz valores de uso, que difere qualitativamente em seu conteúdo e finalidade e, trabalho abstrato, criador de valor, substantivado pelo seu caráter quantitativo. Aqui, importam, tão somente, o tempo em que a força de trabalho foi utilizada e o *quantum* de trabalho objetivado nas mercadorias utilizadas no processo de trabalho, sejam como matéria-prima, ou meios de produção.

Dessarte, processo de produção como síntese dos processos de trabalho e de criação de valor, “é processo de produção de mercadorias; como *unidade dos processos de trabalho e de valorização*, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias.” (MARX, 2015, p. 273, *destaque nosso*) O trabalho em processo, é processo de valorização.

Serviço Social e trabalho

O ponto de partida da análise do material levantado na pesquisa realizada é a condição de trabalho assalariado de assistentes sociais que dispõem de autonomia relativa para o exercício profissional, haja vista serem parte, enquanto categoria profissional, do trabalho coletivo na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO, 1988). Essa autonomia profissional sofre tensões no processo de compra e venda desta mercadoria em particular, força de trabalho qualificada, demandada em sua gênese pela aliança entre Estado, capital e Igreja Católica, para o controle da classe trabalhadora em face do acirramento da questão social no estágio monopolista do capitalismo (IAMAMOTO; CARVALHO, 1988; NETTO, 1992) em seus diversos espaços sócio-ocupacionais e diferentes empregadores.

Assim, o efetivo exercício do trabalho profissional também é diverso e o seu significado social depende da forma como assistentes sociais se relacionam com seus empregadores, sejam eles integrantes da sociedade civil ou do Estado (IAMAMOTO, 2008), e como respondem às demandas de projetos sociais diferenciados e antagônicos. Independentemente da natureza qualitativa, útil do trabalho realizado nos seus mais diversos processos de trabalho, a sua concretização ocorre de forma diferenciada, seja pelas condições materiais e objetivas de sua realização, seja pelas determinações emanadas do direcionamento ético-político, cultural e ideológico das instituições empregadoras. Estas condições diversas nas quais o trabalho se realiza revelam relações sociais diferentes.

Os contratantes de assistentes sociais possuem os meios de trabalho necessários para a realização do trabalho contratado e, por isso, têm o seu controle e definem como este se processa. Por conseguinte, determinam quais são as demandas sociais a serem atendidas e quais são suas prioridades, influenciando diretamente nas condições de trabalho materiais ou políticas. Deste modo, a incidência deste trabalho na produção e reprodução das relações sociais tem repercussão qualitativa e quantitativamente diversa. Estabelecem níveis, metas e padrões de resultados a serem alcançados, mediados pelas relações sociais e jurídicas de compra e venda desta força de trabalho como condição de trabalho assalariado, coletivo e expressão da mediação do dinheiro, equivalente geral de troca.

O dinheiro, expressão monetária do valor que se manifesta pelo valor de troca equivalente da força de trabalho de assistentes sociais é legalmente legitimada pelo salário, atendendo a uma exigência contratual entre as partes. Não obstante, a força de trabalho de assistentes sociais, no exercício de suas atividades em processo, é parte do circuito do valor. Processo de produção de valores de uso e de valor. Processo de valorização do capital, que condiciona o trabalho profissional aos impasses referentes à alienação e aos determinantes do trabalho assalariado de trabalhadores coletivos (IAMAMOTO, 2008).

*A força de trabalho do assistente social contém as contradições típicas de toda mercadoria entre *trabalho concreto e trabalho abstrato, que preside a sociabilidade capitalista. Mas ela só se apresenta como questão essencial a ser elucidada na órbita da crítica marxista da economia política. Esta observação é fundamental para elucidar a polêmica hoje instaurada no campo da pesquisa sobre a profissão: quando não se parte da economia política do trabalho, que tem na mercadoria a célula básica da sociabilidade burguesa, aquela tensão se desvaneceu e o trabalho profissional passa a ser tratado unilateralmente na sua particularidade enquanto valor de uso. Aí o dilema aparentemente se resolve ao se decifrar a sua qualidade: o Serviço Social é ideologia, práxis ou trabalho?* (IAMAMOTO, 2008, 216, grifos da autora)*

Ainda que neste espaço não seja possível proceder a análise desta polêmica que se arrasta desde a publicação das Diretrizes Curriculares em vigência, os fundamentos analíticos que partem da crítica da economia política de raiz marxiana, evidenciam a atividade profissional de assistentes sociais, sujeitos do efetivo exercício profissional, como trabalho. Trabalho concreto e trabalho abstrato, sendo seu processamento parte indelével do processo de produção e reprodução das relações sociais, que exige rigor teórico-metodológico, ético, político e técnico-operativo.

Entretanto, observa-se a discussão e apreensão do arsenal técnico-operativo e/ou instrumental que assistentes sociais utilizam como sinônimo de trabalho. O trabalho profissional, embuído de várias outras denominações, sem distinção teórico-metodológica ou político-ideológica possuem o mesmo significado, tais como, práxis, prática, exercício profissional e, ao discutirem sobre o trabalho realizado, ou adentrarem acerca do “cotidiano” do trabalho, estabelecem relações com as técnicas e instrumentos desenvolvidos, como o acolhimento, entrevista, trabalho com grupos, reuniões, emissão de pareceres, visitas domiciliares, entre outros, sendo que, absolutamente nenhuma destas técnicas ou instrumentos dizem respeito exclusivamente ao conteúdo do trabalho profissional. A utilização de tais técnicas ou instrumentos não

particularizam o exercício profissional e acabam destituídos de sentido histórico e político e não traduzem o significado social da profissão e da sua diversidade na reprodução das relações sociais.

Paralelamente, a linguagem, enquanto “instrumento privilegiado, através do qual se efetiva a peculiar ação persuasiva ou de controle” (IAMAMOTO, 1988, p. 115), é apreendida em elementos simples de expressão oral e escrita, no material pesquisado, ou ainda, sequer aparece a real compreensão do que vem a ser a linguagem enquanto instrumento de trabalho de assistentes sociais. Apesar de pouco desenvolver ou explicitar acerca do significado da linguagem enquanto um instrumento de trabalho de assistentes sociais, o fundamento de Yamamoto (2008) encontra-se em Marx e Engels (2009).

Os autores, ao realizarem a crítica Feuerbach, identificam como a concepção de história diverge do materialismo feuerbachiano e apontam para a importância de o gênero humano satisfazer suas necessidades imediatas, materiais, para depois fazerem a história. Na sequência, afirmam que, quando estas necessidades estão satisfeitas “a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico” (MARX; ENGELS, 2009, p. 33).

Ainda segundo os autores, o terceiro pressuposto da existência humana se refere à capacidade do gênero humano de renovar a própria vida, desde seu germen, no seio familiar, no trabalho, estendendo à cooperação em várias esferas das relações sociais, que dependem da cooperação da humanidade em uma determinada fase da sociedade industrial em seus processos de trocas. Tal pressuposto exige uma conexão materialista da humanidade entre seus sujeitos, pois somente assim há história, “sem que precise existir qualquer absurdo político ou religioso que também mantenha os homens unidos” (MARX; ENGELS, 2009, p. 34). A partir desse ponto, os autores afirmam, que os seres humanos têm consciência, têm história e por isso podem reproduzir a própria vida materialmente em face da dimensão da consciência desta materialidade. Esta materialidade, própria e existente da sociedade burguesa, se manifesta “sob a forma de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a consciência – a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, existe para mim mesmo (MARX; ENGELS, 2009, p. 34, *grifo dos autores*).

Nesse sentido, a linguagem, assim como a consciência, nasce da necessidade de

intercâmbio entre seres humanos e natureza. A consciência da divisão social do trabalho na sociedade de classes constitui a consciência de uma práxis real e da possibilidade de emancipação. É neste sentido, pois, que o principal instrumento de trabalho de assistentes sociais é a linguagem.

Portanto, assistentes sociais no exercício de suas atividades profissionais, com inserção na divisão social e técnica do trabalho, situam-se na tensão entre trabalho e projeto profissional frente aos desafios ídeo-políticos que isso implica.

Considerações Finais

Como inicialmente identificado, o presente trabalho é produto de pesquisa em andamento, com isso, as questões aqui assinaladas, longe de pretender esgotar a discussão, serão retomadas para continuidade e aprofundamento. A perspectiva proposta foi recuperar a partir da análise das publicações dos Anais do CBAS 2019/2022 a leitura e o debate histórico-crítico sobre o trabalho profissional, inaugurado por Yamamoto (1988).

Com fundamento teórico e metodológico na leitura marxiana foi realizada uma breve problematização sobre a categoria trabalho, assim como sobre processo de trabalho como subsídio para analisar Serviço Social e trabalho. Observa-se que, apesar da relevância e centralidade que esta categoria ganha nas Diretrizes Curriculares de 1996 possui certa invisibilidade quando se trata dos temas que dão origem aos trabalhos publicados nestes Anais.

Confirma-se tal invisibilidade, como demonstrado, se considerado o número significativo de trabalhos publicados nos Anais do CBAS 2019 (total 1800) e do CBAS 2022 (total 1293) e o fato de que os trabalhos que abordam a questão do trabalho profissional só representam 2,7% e 2,4% do total, respectivamente. Diante disto, é possível afirmar que se observa o debate residual da categoria trabalho nas discussões e análises desenvolvidas na categoria profissional, sendo possível inferir a invisibilidade da crítica da economia política, do duplo caráter que o trabalho assume sob o capital, assim como a possível ausência da real apreensão do universo categorial marxiano.

Referências Bibliográficas

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro. Nov. de 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 01 mar. 2024

CARDOSO, F. G. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social: tendências quanto à concepção e organização de conteúdos na implementação das diretrizes curriculares. **Temporalis**, ano VII, n 14, p. 31-53, jul. – dez. 2007.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 16º, 2019, Brasília. In: **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília, DF: ABEPSS; CFESS; ENESSO; CRESS-DF, 2019 [40 anos da virada do Serviço Social]. Disponível em: <https://cbas.com.br/portal/conteudo/cbas16>. Acesso em: 01 mar. 2024.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 17º, 2022, [Online] In: **Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS, 2022. [Crise do capital e exploração do trabalho em momento pandêmico: repercussões no Brasil e na América Latina]. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/>. Acesso em: 15 maio 2024.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 6ª ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS. 1988.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 7ª edição. São Paulo: Cortez. 2004.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 3. ed. São Paulo: Cortez. 2008.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política – Livro I: o processo de produção do capital. 1ª ed. revisada. São Paulo: Boitempo. 2015.

MARX, K.; ENGELS F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 1ª reimpressão, 2009.

NETTO, J.P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.